

RESILIÊNCIA, COESÃO E ADAPTABILIDADE FAMILIARES APÓS O DIVÓRCIO: UM ESTUDO SOBRE FILHOS E PAIS

Inês Dias, Universidade do Algarve, inesdias86@gmail.com
Maria Helena Martins, Universidade do Algarve, mhmartin@ualg.pt

Resumo: O ambiente familiar constitui um *espaço* privilegiado que contribui de forma significativa para o desenvolvimento harmonioso da criança. Proporciona o encontro entre gerações, a transmissão de afetos e valores e constitui uma rede de apoio natural face às diversas tarefas desenvolvimentais e/ou momentos de crise. Neste domínio, o divórcio parental, enquanto momento de stresse e adversidade, pode constituir uma ocasião de oportunidade e/ou risco. Na presença de stresse e adversidade é necessário que a família seja suficientemente flexível para se adaptar às novas circunstâncias. A resiliência, enquanto processo que permite ultrapassar as adversidades, bem como a coesão e adaptabilidade são fatores fundamentais neste processo.

A presente investigação integra um estudo correlacional cujo objetivo geral consiste em averiguar e analisar os mecanismos utilizados pelas crianças e jovens na adaptação positiva ao processo de divórcio parental. Este estudo contou com uma amostra não probabilística de 62 participantes ($n=31$ progenitores; $n=31$ filhos), que responderam a dois questionários sócio demográficos (uma versão para pais e outra para filhos) e três instrumentos: o Inventário MSR (*Measuring State and Child Resilience*), a Escala HKRAM (*Healthy Kids Resilience Assessment Module*) e a Escala FACES III (*Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale*).

Os resultados indicam uma associação positiva entre níveis elevados de resiliência e níveis elevados de coesão e satisfação familiares percebidas. Além disso, as características de resiliência-traço nos progenitores parecem contribuir para a promoção da resiliência nos filhos. Assim, após o divórcio, a resiliência nos filhos pode ser facilitada pela coesão familiar e pela resiliência parental.

Palavras-Chave: Divórcio; Resiliência; Coesão, Adaptabilidade e Satisfação Familiares.

Introdução

As primeiras experiências de socialização do Ser Humano ocorrem no seio familiar, motivo pelo qual o papel da família é entendido como crucial para um bom desenvolvimento psicológico (Silva, Nunes, Betti, & Rios, 2008). Contudo, a família é um sistema aberto em transformação, que se encontra sujeito a mudanças constantes, mais ou menos acentuadas e causadoras de stresse. Estas podem dever-se a processos normativos inerentes ao desenvolvimento dos vários sujeitos (e.g. processos de desenvolvimento individual, etapas do ciclo vital) e também a processos não normativos (e.g. acontecimentos adversos, stresse, divórcio), encontrando-se num processo contínuo de adaptação (Relvas, 2003). Assim, a estrutura familiar deverá ser capaz de se adaptar, ou seja, de aceder a padrões transacionais alternativos e ser suficientemente flexível para mobilizá-los (Minuchin, 1988). No entanto,

existem diferenças consideráveis na capacidade de adaptação das famílias, bem como na sua abertura a novas estratégias para manter o equilíbrio familiar (Kreppner, 2000). A capacidade para desenvolver estratégias de adaptação adequadas é influenciada, entre outros aspetos, por dimensões associadas à qualidade das relações afetivas, coesão, segurança, organização e ausência de conflitos (Dessen & Polonia, 2007). Além disso, a existência de uma comunicação eficaz entre os membros da família é tida como um importante mediador para a transmissão de regras e valores e, conseqüentemente, na capacidade de adaptação à mudança (Kreppner, 2000).

Funcionamento familiar

Olson e os seus colaboradores desenvolveram um modelo descritivo do funcionamento familiar – o Modelo Circumplexo dos Sistemas Familiar e Conjugal – que contribuiu para uma melhor compreensão e análise do funcionamento familiar, integrando dimensões como a coesão, a adaptabilidade e a comunicação (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2006). A coesão familiar refere-se à ligação emocional entre os membros da família. A adaptabilidade consiste na capacidade do sistema familiar para modificar a sua estrutura de poder, os papéis relacionais e as regras de funcionamento na presença de acontecimentos potenciadores de stresse, sejam eles situacionais ou desenvolvimentais (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2006). A terceira dimensão deste modelo é a comunicação. É tida como facilitadora da coesão e da adaptabilidade, pelo que não pode ser incluída no modelo operacional. A sua relação com o funcionamento familiar é linear, ou seja, quanto melhor for a comunicação, melhor será também o funcionamento familiar (Barker, 2000; Olson, 2000; Olson & Gorall, 2006). As dimensões coesão e adaptabilidade admitem quatro níveis distintos de funcionamento (Tabela 1), sendo que os níveis extremos tendem a refletir famílias problemáticas e disfuncionais e os medianos refletem famílias equilibradas e funcionais.

Tabela 1 – Níveis de coesão e adaptabilidade familiares.

	Coesão	Adaptabilidade
Alta	Emaranhada	Caótica
	Ligada	Flexível
	Separada	Estruturada
Baixa	Desligada	Rígida

Através da combinação das várias categorias de coesão e adaptabilidade descritas os autores desenvolveram um esquema operacional onde é possível identificar 16 tipos de famílias:

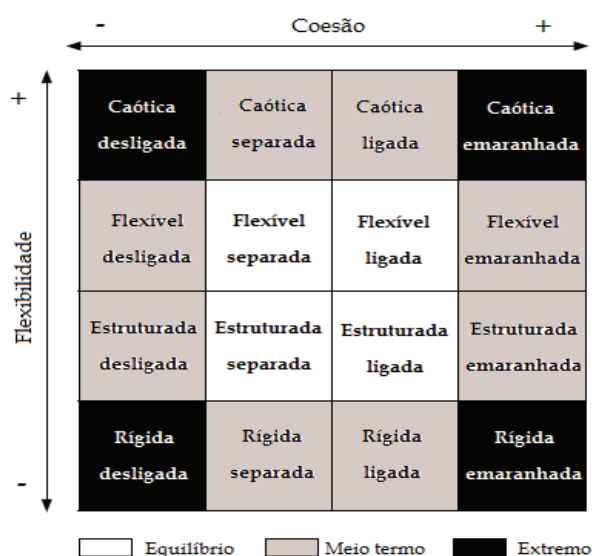


Figura 1 – Agrupamento das famílias de acordo com o Modelo Circumplexo (traduzido e adaptado de Olson, 2000).

De acordo com os autores, a zona central (Figura 1) corresponderia a famílias equilibradas, enquanto os extremos encontrar-se-iam associados a famílias disfuncionais. As restantes zonas corresponderiam a famílias intermédias. Assim, as famílias equilibradas são concebidas como mais funcionais e como detentoras de melhores competências de comunicação (Barker, 2000).

Divórcio: momento de oportunidade ou risco?

Um dos acontecimentos de vida que pode provocar dificuldades ao nível do funcionamento familiar é o divórcio, cujo número de casos tem vindo a aumentar ao longo dos anos. De acordo com os dados estatísticos disponíveis no portal PORDATA, em Portugal, no ano 2000 ocorreram 19.104 divórcios e em 2010 este número aumentou para 27.556 casos. Ao mesmo tempo assistimos a uma diminuição do número de casamentos (63.752 no ano 2000 face a 39.993 dez anos mais tarde) e, ainda assim, de acordo com os dados mais recentes, deparamo-nos com uma média de cerca de 70 divórcios por cada 100 casamentos.

O divórcio é considerado um acontecimento de vida stressante, tanto para pais como para filhos, e um fator de risco suscetível de provocar danos no desenvolvimento dos mais novos (Amato, 2005; Amato & Cheadle, 2005; Gottman & DeClaire, 1999; Hetherington, 2003; Wu, Hou, & Schimmele, 2008). Contudo, importa considerar que o divórcio parental pode não ser completamente negativo ou benéfico para as crianças e jovens, pelo que importa considerar toda uma diversidade de fatores que podem interferir com o desenvolvimento e bem-estar dos filhos (Flowerdew & Neale, 2003).

Amato (2000) e Hetherington (2003) consideram que o divórcio, em determinadas circunstâncias, poderá ter um efeito apaziguador. Não obstante as mudanças e desafios stressantes associadas a este processo, o divórcio também pode constituir uma forma de fuga a situações familiares de infelicidade, conflito ou abuso e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para construir novas relações, mais satisfatórias, e favorecer o crescimento pessoal e a individuação. Mesmo em famílias onde os progenitores continuam casados, a exposição ao conflito e hostilidade parental comporta riscos que podem assumir proporções gravíssimas para as crianças e jovens (Gottman & DeClaire, 1999).

Amato (1994) refere que as crianças que vivenciaram a situação de divórcio parental tendem a apresentar mais problemas comportamentais, sintomas de desajuste psicológico,

resultados académicos inferiores, dificuldades sociais, um inferior autoconceito e relações mais problemáticas com os pais, comparativamente com crianças que vivem em famílias intactas. Contudo importa notar que as famílias divorciadas ou monoparentais deparam-se com circunstâncias específicas (e.g. privações económicas, ausência parental, défices parentais, conflito parental, disfunção familiar) cuja prevalência tende a ser menor em famílias intactas (Wu, Hou, & Schimmele, 2008). Além disso, após o processo de divórcio parental, a segurança das crianças depende consideravelmente da capacidade que o progenitor, responsável pela sua custódia, tem para prosseguir a sua vida nas novas circunstâncias Charlish (2001).

Resiliência

A resiliência consiste na capacidade que um indivíduo, um grupo ou uma comunidade podem apresentar para prevenir, minimizar ou ultrapassar os efeitos prejudiciais da adversidade, considera-se que a presença de adversidade é uma condição fundamental para que a resiliência possa ser promovida. Entre os fatores que contribuem para a promoção da resiliência é possível mencionar: apoios externos e recursos (fator *I have*), forças pessoais internas (fator *I am*) e competências sociais e interpessoais (fator *I can*) (Grotberg, 1995).

A família oferece um importante contributo para a resiliência individual através de relações calorosas, carinho, apoio emocional, estrutura clara e limites. No entanto, quando os pais não conseguem proporcionar ambientes com estas características, as relações com outros familiares (e.g. irmãos mais velhos, avós) podem ter um efeito similar (Walsh, 2005). Além disso, características como a autoestima e a autoeficácia são promovidas através de relações de apoio. As crianças resilientes parecem dispor de pelo menos uma pessoa nas suas vidas que as aceita de forma incondicional, independentemente do seu temperamento, atratividade física ou inteligência (Werner, 1993).

Método

Este é um estudo correlacional descritivo (Fortin, 2003) e pretende identificar e analisar os fatores de proteção, resiliência, coesão e adaptabilidade familiar, ou os fatores de risco e vulnerabilidade presentes na resposta à crise e adversidade, advindas da situação de divórcio. Mais especificamente pretende-se: (1) analisar a resiliência parental após o divórcio; (2) estudar a resiliência e o risco, nos filhos, após o divórcio parental; (3) analisar a coesão, adaptabilidade e satisfação familiares, em filhos e pais, após o divórcio; (4) investigar se a coesão, adaptabilidade e satisfação familiares estão relacionados com níveis elevados de resiliência; (5) averiguar se pais resilientes têm filhos resilientes.

Utilizou-se uma amostra não probabilística recolhida por redes (Fortin, 2003), composta por uma totalidade de 62 indivíduos ($n=62$), que vivenciaram uma situação de divórcio. Atendendo ao carácter do estudo, trata-se de uma amostra emparelhada, constituída por dois grupos: os progenitores ($n=31$) e os respetivos filhos ($n=31$). O grupo amostral dos progenitores é constituído essencialmente por sujeitos do género feminino (90,3%; $n=28$), verificando-se um número reduzido de sujeitos do género masculino (9,7%; $n=3$). Apresentam uma média de idades de 38,16 ($DP=4,96$) e o tempo médio decorrido desde o divórcio é de 6 anos ($DP=3,53$). Na maioria dos casos a custódia da criança encontra-se sob a responsabilidade materna (54,9%; $n=17$), seguindo-se a guarda conjunta/partilhada (41,9%; $n=13$) e a guarda da responsabilidade do pai (3,2%; $n=1$).

O grupo amostral referente às crianças e jovens é constituído por 51,6% ($n=16$) raparigas e por 48,4% ($n=15$) rapazes. A média de idades encontra-se aproximadamente nos 12 anos ($M=12,26$; $DP=1,89$).

Instrumentos

O grupo amostral dos progenitores respondeu a um Questionário Sociodemográfico (versão para pais), ao *Measuring State and Child Resilience* (MSCR) e à *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES III). O grupo amostral das crianças e jovens respondeu a um Questionário Sociodemográfico (versão para filhos), ao *Healthy Kids Resilience Assessment Module* (HKRAM) e à FACES III. Todos os instrumentos utilizados eram autoadministráveis e de compreensão adequada à faixa etária dos inquiridos.

Os questionários sociodemográficos objetivam a caracterização da amostra e foram construídos especificamente para este estudo. São compostos por itens de resposta fechada, escolha múltipla, escala tipo *likert* e resposta aberta.

O inventário MSCR avalia a intensidade da resiliência nos indivíduos com base na conceção de resiliência de Grotberg. Foi desenvolvido por Hiew (1998, citado por Martins 2005) e adaptado à população portuguesa por Martins (2005). Compreende duas escalas a MSR (*Measuring State Resilience*) que avalia a resiliência-estado, composta por 14 itens, e a MCR (*Measuring Child Resilience*) que avalia a resiliência-traço, composta por 18 itens. Ambas as escalas são de resposta de tipo *likert* de 5 pontos. A escala MSR admite resultados que oscilam entre os 14 e os 70 pontos, e é saturada por dois fatores: o fator 1 (*I am e I can*) e o fator 2 (*I have*), os quais admitem pontuações que oscilam entre os 10 e os 50 pontos e entre os 4 e 20 pontos, respetivamente. A escala MCR admite resultados que oscilam entre os 18 e os 90 pontos e constitui uma medida unidimensional.

A escala HKRAM avalia a resiliência nos jovens, nomeadamente os fatores externos e internos associados ao desenvolvimento positivo dos jovens. Foi desenvolvida pelo Departamento de Educação da Califórnia e adaptada à população portuguesa por Martins (2005). É um instrumento de resposta de tipo *likert* de 4 pontos e composto por 58 questões que avaliam 11 fatores de proteção e 6 traços de resiliência. Mais especificamente existem

três subescalas que compõem a HKRAM: *External Assets*; *Internal Assets* e *Response-set Breakers*. Os resultados são calculados através da média de valores obtidos em cada uma das subescalas.

A escala FACES III foi desenvolvida por Olson e colaboradores em 1985 com base no Modelo Circumplexo dos Sistemas Familiar e Conjugal e consiste na terceira versão da escala original. Foi adaptada à população portuguesa por Curral e colaboradores (1999) e é constituída por 20 itens de resposta tipo *likert* de 5 pontos. É composta por duas subescalas que avaliam a coesão e a adaptabilidade familiares. A coesão é calculada através da soma dos itens ímpares e a adaptabilidade através da soma dos itens pares, cada uma admite um intervalo de valores que oscila entre os 10 e os 50 pontos. Permite ainda o cálculo da satisfação familiar, que resulta da diferença entre a coesão e adaptabilidade.

Resultados

Os resultados indicam que os progenitores inquiridos evidenciam características de resiliência acima da média, quer ao nível da resiliência-estado ($M=59,38$; $DP=4,60$), quer ao nível da resiliência-traço ($M=67,80$; $DP=9,17$). Os resultados obtidos na dimensão resiliência-traço parecem oferecer um maior contributo para a promoção da resiliência uma vez que se encontram mais próximos dos valores máximos possíveis. Os fatores que mais contribuem para a resiliência-traço são os externos (fator 2 – *I have*: $M=17,32$; $DP=2,68$). Contudo, apesar de os fatores internos (fator 1 – *I am/I can*: $M=42,06$; $DP=3,52$) oferecerem um contributo um pouco inferior para o estado atual de resiliência dos progenitores, os resultados obtidos também se encontram acima da média.

Neste domínio, também o grupo amostral das crianças e jovens apresenta resultados acima da média ($M=3,04$; $DP=0,41$), sendo particularmente determinados pela subescala *Response-set Breakers* ($M=3,08$; $DP=0,48$) e pela subescala *Internal Assets* ($M=3,07$;

$DP=0,50$). A subescala *External Assets* ($M=2,96$; $DP=0,41$) é a que parece contribuir menos para a promoção da resiliência neste grupo amostral, muito embora os valores obtidos também se encontrem acima da média.

Ao nível da coesão e adaptabilidade familiar, verifica-se a existência de concordância entre filhos e pais no que se refere à coesão, adaptabilidade e satisfação familiar, uma vez que os resultados obtidos se assemelham (Tabela 2). Segundo Olson (2000), os valores de coesão e adaptabilidade evidenciados inserem-se na categoria *flexível ligada*.

Tabela 2 – Análise descritiva dos resultados da FACES III.

Dimensões	Progenitores (n=31)			Filhos (n=31)		
	Min / Max	Média	DP	Min / Max	Média	DP
Coesão	19 / 48	36,35	7,20	20 / 49	37,58	8,18
Adaptab.	18 / 36	29,29	5,06	20 / 39	29,09	4,72
Satisfação	-4 / 25	7,06	6,77	-4 / 23	8,48	6,90

No que se refere ao estudo das relações entre resiliência, coesão e adaptabilidade familiares verificou-se que a coesão familiar tende a encontrar-se positivamente correlacionada à resiliência, em pais e filhos (Tabela 3). Também a satisfação familiar se encontra correlacionada com algumas dimensões da resiliência. A adaptabilidade familiar não se correlaciona com a resiliência.

Tabela 3 – Correlações entre resiliência em pais (MSCR) e filhos (HKRAM) e coesão, adaptabilidade e satisfação familiares (FACES III).

Escala	Coesão		Adaptabilidade		Satisfação	
	<i>r</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
MCR	0,511**	0,003	0,196	0,290	0,396*	0,027
MSR	0,453*	0,010	0,179	0,335	0,348	0,055
MSR Fator 1	0,291	0,113	0,064	0,731	0,261	0,156
MSR Fator 2	0,396*	0,027	0,223	0,228	0,255	0,166
HKRAM	0,504**	0,004	0,323	0,076	0,376*	0,037
<i>External Assets</i>	0,320	0,079	0,153	0,411	0,275	0,135
<i>Internal Assets</i>	0,520**	0,003	0,354	0,051	0,375*	0,038
<i>Response-set Breakers</i>	0,466**	0,008	0,322	0,077	0,332	0,068

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

No que se refere ao estudo correlacional entre a resiliência parental e a resiliência nos filhos verificou-se apenas a presença de uma correlação significativa entre a MCR e a subescala *Response-set Breakers* ($r=0,459$; $p=0,009$).

Discussão

De acordo com Kitson (1992, citado por Amato 2000) um bom ajustamento pós-divórcio traduz-se pela ausência de sintomas relacionados com o mesmo, devendo os indivíduos ser capazes de funcionar bem na nova família, no trabalho e de desenvolver uma identidade e estilo de vida que não se encontrem relacionados com o anterior casamento. De certa forma, Kitson refere-se às capacidades de resiliência dos sujeitos. Neste sentido, os resultados obtidos pelos progenitores ao nível da resiliência indicam características de resiliência superiores à média. É possível perspetivar que os sujeitos inquiridos dispõem de recursos internos e externos que lhes permitem adotar uma resposta adaptativa na sequência do divórcio, não obstante as potenciais adversidades associadas a este acontecimento de vida.

Já no que diz respeito aos filhos, Hetherington (2003) considera que, tal como os progenitores, estes também tendem a ser resilientes e capazes de superar o processo de divórcio. De facto, os resultados obtidos indicam que o grupo amostral referente às crianças e jovens também apresenta bons resultados ao nível da resiliência.

No que diz respeito aos fatores que contribuem para a promoção da resiliência é interessante notar que, nos progenitores, estes relacionam-se particularmente com fatores externos e, nos filhos, com fatores internos. Tal poderá dever-se ao facto de os progenitores terem os filhos a seu cargo, pelo que as exigências associadas à sua educação tendem a ser suprimidas especialmente através de recursos externos (e.g. apoio de terceiros na educação e cuidados prestados às crianças e jovens, acesso à educação e serviços de saúde) (Wright & Masten, 2006). Além disso, de acordo com Grotberg (1995), tende a verificar-se uma maior

promoção da resiliência em contextos onde o suporte externo se encontra disponível. Neste domínio é importante salientar que o contacto com redes de apoio exteriores à família (e.g. grupos de pais, programas de educação parental ou fortalecimento familiar) poderá constituir um importante recurso externo, contribuindo para a promoção da resiliência nos progenitores e nos restantes membros da família (Matthew, Wang, Bellamy, & Copeland, 2005).

No que respeita à coesão e adaptabilidade familiares verifica-se a existência de consenso entre filhos e pais, o que constitui um bom preditor, pois a concordância entre os elementos da família no que respeita à coesão e adaptabilidade encontra-se associado a um bom funcionamento familiar. Além disso, as famílias inquiridas apresentam níveis equilibrados de coesão e adaptabilidade familiar percebidas. Este aspeto constitui também um bom preditor, pois como referem Silva, Nunes, Betti e Rios (2008) a qualidade da relação e das interações estabelecidas no ambiente familiar dependem da coesão e da adaptabilidade dos seus elementos. Os resultados médios obtidos enquadram-se na categoria *flexível ligada*, o que permite admitir que as famílias inquiridas são equilibradas e funcionais (Olson, 2000). Estes dados constituem indicadores de que as famílias em análise dispõem de ligações emocionais positivas e proximidade emocional, níveis reduzidos de conflito, organização e regras familiares, tipos de liderança assertivos, capacidades adequadas de resolução problemas, comunicação eficaz e capacidade de adaptação à mudança. Assim, as famílias em estudo parecem apresentar um bom ajustamento pós-divorcio.

No que respeita à relação entre coesão familiar e resiliência, existem algumas evidências de que estas variáveis se influenciam mutuamente. Como referem Franco e Apolónio (2002) a resiliência parece depender da coesão familiar e da resistência psicológica das mães. Walsh (2005) defende que no seio familiar, a resiliência é estimulada através de uma estrutura flexível e coesa. Também Park, Kim, Cheung e Kim (2010) consideram que a coesão familiar pode constituir uma fonte de resiliência.

Os dados obtidos encontram-se em concordância com o exposto, pois a resiliência, em filhos e pais, tende a correlacionar-se positivamente com a coesão familiar. É interessante notar que, ao nível da resiliência, as dimensões que não se correlacionam com a coesão são apenas as que parecem contribuir um pouco menos para a promoção da resiliência nos indivíduos (fator 1 – *I am/I can*, nos progenitores e *External Assets*, nos filhos).

Existem evidências de que as características de resiliência tendem a ser similares em filhos e pais. Grotberg (1995) refere que as crianças mais velhas tendem a adotar comportamentos resilientes semelhantes aos dos progenitores. Wright e Masten (2006) referem que as crianças cujos pais apresentam um melhor funcionamento perante a adversidade (são resilientes) tendem a revelar-se mais resilientes.

Os dados obtidos indicam que as características de resiliência, em pais e filhos, se encontram positivamente associadas, pois as características de resiliência-traço dos progenitores correlacionam-se moderadamente com a subescala *Response-set Breakers*, referente às crianças e jovens. Estes dados sugerem que as características da resiliência adquiridas na infância, pelos progenitores, podem contribuir para o desenvolvimento e promoção da resiliência nos filhos.

Considerando quer as características de resiliência apresentadas por filhos e pais, quer o nível de funcionamento familiar evidenciado é possível perspetivar que as famílias em estudo apresentam um bom ajustamento pós-divórcio. Estes dados vão ao encontro do que é defendido por autores como Charlish (2001) e Walsh (2005) pois, na sequência deste acontecimento de vida, as crianças dependem consideravelmente das capacidades que os progenitores com quem coabitam têm para fazer face à nova realidade. No entanto é necessário considerar que perante uma quantidade suficiente de tempo, a grande maioria dos indivíduos regressam ao seu nível de funcionamento pré-divórcio (Amato, 2000). Hetherington (2003) considera mesmo que dois anos após este processo as crianças e jovens

tendem a apresentar menos dificuldades. Neste estudo, o tempo médio decorrido desde o processo de divórcio é de 6 anos, o que parece corresponder a um período de tempo suficiente para que os sujeitos retomem as suas vidas. Este período poderá também ter contribuído para que os sujeitos inquiridos tenham retomado o seu funcionamento pré-divórcio.

Conclusão

Esta investigação permite constatar que o divórcio se trata de um acontecimento de vida complexo e que, conseqüentemente, não admite respostas dicotómicas, ou seja, de tudo ou nada (e.g. risco ou adversidade). O ajustamento dos filhos parece ser particularmente determinado pela capacidade dos progenitores para fazer face à nova realidade. Desta forma, espera-se que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de programas e intervenções dirigidos aos progenitores, com o intuito de contribuir para uma melhor adaptação a este acontecimento de vida.

Referências

- Amato, P. R. (1994). Life-span adjustment of children to their parents' divorce. *The Future of Children*, 4 (1), 143-164.
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1269-1287.
- Amato, P. R. (2005). The impact of family formation change on the cognitive, social, and emotional well-being of the next generation. *The Future of Children*, 15 (2), 75-96.
- Amato, P. R., & Cheadle, J. (2005). The long reach of divorce: Divorce and child well-being across three generations. *Journal of Marriage and Family*, 67, 191-206.
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da terapia familiar*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Charlish, A. (2001). *Apanhados no meio: ajudar as crianças a enfrentarem a separação e o divórcio*. Porto: Ambar.
- Curral, R., Dourado, F., Torres, A., Barros, H., Palha, A., & Almeida, L. (1999). Coesão e adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: Estudo com o FACES III. *Psiquiatria Clínica*, 20 (3), 213-217.

- Dessen, M., & Polonia, A. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17 (36), 21-32.
- Flowerdew, J., & Neale, B. (2003). Trying to stay apace: Children with multiple challenges in their post-divorce family lives. *Childhood*, 10 (2), 147-161.
- Fortin, M. F. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (3ª Ed). Loures: Lusociência.
- Franco, V., & Apolónio, A. M. (2002). Desenvolvimento, resiliência e necessidades das famílias com crianças deficientes. *Ciência Psicológica*, 8, 40-54.
- Gottman, J., & DeClaire, J. (1999). *A inteligência emocional na educação*. Lisboa: Editora Pregaminho.
- Grotberg, E. H. (1995). *The international resilience project: Research and application* (Research Report). Birmingham: Civitan International Research Center.
- Hetherington, E M. (2003). Social support and adjustment of children in divorced and remarriage families. *Childhood*, 10 (2), 217-236.
- Kreppner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (1), 11-22.
- Martins, M. H. (2005). *Contribuições para a análise de crianças e jovens em risco/resiliência e desenvolvimento*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, Portugal.
- Matthew, R, Wang, M., Bellamy, N., & Copeland, E. (2005). Test of efficacy of model family strengthening programs. *American Journal of Health Studies*, 20 (3), 164-170.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias: Funcionamento & Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Olson, D. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson, D., & Gorall, D. (2006). *FACES IV & Circumplex Model*. Acedido a 20 de Setembro de 2011 em <http://www.facesiv.com/pdf/3.innovations.pdf>.
- Park, I., Kim, P., Cheung, R., & Kim, M. (2010). The role of culture, family processes, and anger regulation in Korean American adolescents' adjustment problems. *American Journal of Orthopsychiatry*, 80 (2), 258-266.
- PORDATA. Casamentos e divórcios. Acedido a 1 de fevereiro de 2012 em <http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Casamentos+e+Divorcios-33>.
- Relvas, A. P. (2003). *Por detrás do espelho: Da teoria à terapia com a família* (2ª Ed). Coimbra: Quarteto Editora.
- Silva, N. C., Nunes, C. C., Betti, M. C., & Rios, K. S. (2008). Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. *Temas em Psicologia*, 16 (2), 215-229.

Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. Roca: São Paulo.

Werner, E. E., (1993) Risk, resilience, and recovery: Perspectives from the Kauai Longitudinal Study. *Development and Psychopathology*, 5, 503-515.

Wright, M., & Masten, A. (2006). Resilience processes in development: Fostering positive adaptation in the context of adversity. In S. Goldstein, & R. Brooks (Eds.), *Handbook of Resilience in Children* (pp. 17-37). New York: Springer.

Wu, Z., Hou, F., & Schimmele, C. (2008). Family structure and children's psychosocial outcomes. *Journal of Family Issues*, 29 (12), 1600-1624.